## COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE: ESTADO:
FONE () e-mail
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015  OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP).
Obtivemos através do acesso <a href="www.itapetininga.sp.gov.br">www.itapetininga.sp.gov.br</a> nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.  Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax (15) 3273-3200 ou do e-mail <a href="pregao@itapetininga.sp.gov.br">pregao@itapetininga.sp.gov.br</a> .  A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itapetininga da responsabilidade da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.
<u>Local</u> :, de de 2015.  Nome por Extenso:
RG. n.°:
ASSINATURA

## PREFEITURA do MUNICÍPIO de ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 168/2015

PROCESSO N.º 131/2015

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: dia 13.10.2015 às 14:00 horas

LOCAL: SALA DA CPL - I

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA. EXCLUSIVO

PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP).

#### **PREÂMBULO**

O Exmo. Sr. Walter dos Santos Júnior, Secretário Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal nº 999 de 14.01.2013, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende a Requisição de Compra n.º 3193 e 3190 da Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania; Protocolos n.º: 13623/1/2015 e 13621/1/2015.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **13 de outubro de 2015, ás 14:00 min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações - CPL - I, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

A programação poderá sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. Caso isso ocorra, o pregoeiro informará previamente a mudança de data e horário para ciência de todos os participantes.

#### I - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA,** conforme Anexo I do presente Edital.

#### II - JUSTIFICATIVA

2.1 - A presente solicitação de compras de capacetes, cassetetes,

caneleiras e cotoveleiras e escudos anti tumulto se faz necessária para proteção individual do Guarda Civil Municipal, contra projeteis não balísticos para utilização do corpo oficial especializado em serviço em dispersão de tumulto.

#### III - DA PARTICIPAÇÃO

- **3.**1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 3.2 Além das vedações estabelecidas pelo artigo  $9^{\circ}$  da Lei Federal  $n^{\circ}$  8.666/93, não poderão participar desta licitação:
- 3.2.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- 3.2.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
  - 3.2.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
  - 3.2.4 Consórcios ou grupo de empresas.
- 3.2.5 Empresas das quais participe, seja a que título for, funcionário público municipal de Itapetininga, em razão do disposto no art. 212 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itapetininga (Lei Complementar n° 26/2008).
- 3.2.6 Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n° 123/06, alterada pela Lei Complementar n° 147/14.

#### IV - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (ANEXO VI).
- 4.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 4.5 Os documentos já apresentados na fase de credenciamento são dispensados na fase de habilitação
- V DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 5.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes n.º 01 (Proposta), junto ao CREDENCIAMENTO.

- 5.2 A declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar n°. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** dos envelopes n°. 01 (Proposta), junto ao CREDENCIAMENTO.
- 5.2.1 Caso não utilizada a faculdade prevista no item 5.2, será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123/06.
- 5.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°. 01	ENVELOPE N°. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 168/2015	PREGÃO PRESENCIAL N°. 168/2015
PROCESSO N°. 131/2015	PROCESSO N°. 131/2015
"PROPOSTA COMERCIAL"	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

#### VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 6.1 A proposta, nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá ser apresentada datilografada ou digitada respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, neste caso, juntando-se a procuração, devendo conter:
- 6.1.1 item (compatível com o objeto descrito no **ANEXO I**), identificação completa do produto, constando inclusive à marca e procedência, conforme a especificação que consta no **ANEXO I**;
- 6.1.2 preços unitários e totais, líquidos, expressos em moeda nacional corrente, por item, CIF ITAPETININGA/SP, entregues na forma da cláusula X deste edital, inclusive descarga, conforme determinado no pedido. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro todas as despesas e custos, com por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 6.1.3 Prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de entrega das propostas;
- 6.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 6.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 6.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 6.5 O envelope da proposta deverá observar todas as exigências referidas no Anexo I.
- 6.6 Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seus preços com 02 (dois) dígitos após a vírgula, sendo que, as que constarem seus valores com 03 (três) dígitos, ou mais, o último será desconsiderado.

#### VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá conter os documentos a seguir:

#### 7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de <u>sociedades civis</u>, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 7.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 7.1.2.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991;
- 7.1.2.3.1.1 Com base nas informações obtidas através do portal da Receita Federal na internet (site: <a href="www.portal.fazenda.gov.br">www.portal.fazenda.gov.br</a>), a partir do dia 03/11/2014, passou a não existir mais a emissão de certidão específica relativa a Contribuições Previdenciárias para CNPJ, ou seja, o contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, emitidas antes da referida data e dentro da validade nelas indicados, deverá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas umas das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a nova certidão que entrou em vigência, esta que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- 7.1.2.3.1.2 É exigida a prova de regularidade perante o INSS, que será feita através da nova Certidão da Fazenda Federal ou através da apresentação da Certidão Específica Previdenciária, desde que dentro do prazo de validade.
- 7.1.2.3.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- 7.1.2.3.3 Prova de regularidade em relação aos Tributos Municipais (Mobiliário) relativa ao domicílio ou sede do licitante
  - 7.1.2.3.4 Prova de regularidade perante o Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

- 7.1.2.3.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- 7.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato;
- 7.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar n°. 123 de 14 de dezembro de 2006, que trata de MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, deverá apresentar a DECLARAÇÃO que se enquadra na citada lei, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 7.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 7.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da declaração da proponente como vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 7.1.2.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

#### 7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

#### 7.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 7.1.4.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Publico, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 7.1.4.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV);
- 7.1.4.3 Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo VIII).
- 7.1.4.4 Declaração da proponente de que possui disponibilidade do produto ofertado (Anexo IX).
- 7.1.4.5 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

#### 7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2.1 - A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou

através de impresso informatizado obtido via Internet com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 7.1.3.1 deste Edital;

7.2.1.1 - A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;

7.2.1.1.1 - As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida ao representante legal presente. 7.2.2 - É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;

7.2.2.1 - para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 aos 31 da Lei n.º 8666/93.

7.2.2.2 - O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 7.1.2.3; 7.1.2.3.1; 7.1.2.3.2; 7.1.2.3.3; 7.1.2.3.4; 7.1.2.3.5; 7.1.2.5; 7.1.3.1; 7.1.4.1; 7.1.4.2; 7.1.4.3; 7.1.4.4 devendo ser apresentados por todos os licitantes.

7.2.4 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:

7.2.4.1 - se a licitante for a  $\underline{\mathtt{matriz}}$ , todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;

7.2.4.2 - se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da <u>matriz</u>;

7.2.4.3 - se a licitante for a  $\underline{\text{matriz}}$  e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a  $\underline{\text{filial}}$ , os documentos deverão ser apresentados com o número de  $\overline{\text{CNPJ}}$  da  $\underline{\text{matriz}}$  e da  $\underline{\text{filial}}$  simultaneamente.

#### VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 8.1 Nos horários e locais indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 8.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 8.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 8.2.2 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes ficarão em poder do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, sendo devolvidos às licitantes desclassificadas, mediante pedido por escrito, após a assinatura do Termo de Contrato ou efetivo

#### cumprimento da obrigação pela proponente adjudicatária;

- 8.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo serviço não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;
- c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- d) não apresentem prospectos técnicos ilustrativos, ou manuais originais do fabricante, dos produtos ofertados, que contenham com detalhes seus dados técnicos.
- 8.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 8.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 8.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 8.4.1 Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 8.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 8.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço menor por item.
- 8.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, sendo a melhor oferta e vencedora a do menor preço do item, ficando afastados os critérios de desempate, com fulcro no disposto no  $\$2^{\circ}$  do art. 45 da Lei Complementar n° 123/2006.
- 8.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 8.8.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

- 8.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 8.10 Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 8.12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
  - a) substituição e apresentação de documentos, ou
  - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 8.12.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 8.13 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 7.2.2 e subitens da Cláusula VII, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.
- 8.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 8.15 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.16 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do Termo de Contrato pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

#### IX - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 9.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua

decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

- 9.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 9.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6 A adjudicação será feita por MENOR PREÇO POR ITEM.
- 9.7 Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:
- 9.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 9.7.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 9.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes n $^{\circ}$ . 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
- 9.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.

#### X - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

- 10.1 As <u>licitantes vencedoras provisoriamente classificadas em primeiro lugar</u> deverão apresentar amostras de cada produto (Anexo I Especificações Técnicas), devidamente etiquetadas com o número do lote a que se refere, bem como a razão social do licitante, em até 03(três) dias a contar da data de realização da sessão de processamento do pregão, na Praça Gaspar Ricardo, S/N° Centro Itapetininga/SP.
- 10.2 As amostras serão analisadas para fins de verificação de conformidade com as especificações mínimas exigidas no Anexo I deste Edital. As amostras da licitante vencedora provisoriamente classificada em primeiro lugar serão submetidas a análise detalhada, ocasião em que será emitido o parecer de aprovação ou reprovação das amostras para cada item do lote ofertado.
- 10.3 Havendo divergência entre a amostra apresentada e as exigências mínimas contidas no ANEXO I, a licitante terá suas amostras desclassificadas para o lote, sendo o segundo colocado notificado para a negociação (art. 4° XVII da Lei 10520/02) e consequente apresentação da amostra, e assim sucessivamente até que se obtenha amostra condizendo com o exigido no Anexo I sendo então declarado um vencedor para o item.
- 10.3.1 A licitante vencedora provisoriamente classificada em primeiro lugar que deixar de apresentar a amostra ou que tiver a amostra desclassificada será considerado desclassificada, decaindo-se o direito à contratação, podendo exercer o direito de defesa, no prazo de até 03(três) dias úteis da notificação de sua desclassificação.
- 10.4 Havendo necessidade de avaliação mais detalhada do produto entregue, eventual custo com testes, análises de laboratório, ou laudos técnicos, o mesmo deverá ser efetuado pela detentora da ata de registro de preços, conforme disposto no art. 75 da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, ainda, as penalidades cabíveis se o produto não atender às especificações contidas no Anexo I deste Edital.
- 10.5 Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender a legislação vigente.

#### XI - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 Homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR), ou em Publicação no Diário Oficial do Estado a

critério da Administração, para que a empresa compareça para assinar o Termo de Contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar:

- a) no caso de envio via fax a contar do envio sendo válida a data do comprovante de envio de fax.
- b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário.
- c) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
- d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio de e-mail.
- 11.2 A entrega dos produtos objeto do ANEXO I deste Edital, deverão ser efetuadas de acordo com as necessidades da Secretaria, após a prévia, autorização requisitória, por escrito e com <u>o autorizo</u> da Secretaria ou responsável indicado para este fim <u>devendo ser em até</u> 30(trinta) dias corridos após o recebimento do empenho, devendo os produtos ser <u>NOVOS</u> e serem entregues em ótimas condições e estar em condições adequadas de transporte, devendo ocorrer diretamente na Praça Gaspar Ricardo, S/N Centro Neste Município, Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania.
- 11.2.1 O prazo indicado no item 10.1 poderá ser prorrogado de acordo, mediante justificativa do fornecedor e aceitação pela Administração Municipal.
- 11.2.2 Constatada qualquer irregularidade na entrega do produto, a empresa vencedora da Licitação, obrigar-se-á a substituílos em **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.
- 11.2.3 O <u>prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses</u>, contados a partir da data de sua assinatura.
- 11.3 A Prefeitura Municipal rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 11.4 A Empresa vencedora se compromete a fornecer o produto com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 11.5 Para gerir, acompanhar, fiscalizar e controlar a qualidade do produto será designado um representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, em caso de não corresponder às exigências mencionadas no Anexo I deste Edital, o produto será rejeitado, ficando a Empresa vencedora sujeita a substituí-lo em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação feita pelo responsável nomeado para tal função, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 11.6 Os produtos que serão entregues pelas Empresas vencedoras deverão ser idênticos às especificações contidas neste Edital e em sua proposta. Caso algum produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição dentro dos prazos estabelecidos na Cláusula XII deste Edital. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade, se realizada após findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 11.7 Estando os produtos em conformidade com o solicitado, será emitido pelo funcionário responsável o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO após a anuência da Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania;
- 11.8. Eventuais atrasos na entrega dos produtos deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- 11.9 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

#### XII - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

- 12.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 12.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias,** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 12.1.2 Definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias**, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 12.2 Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferente da constante no ANEXO I e da marca/modelo informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 12.3.
- 12.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, o Órgão Gerenciador poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazêla em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

#### XIII - DA FORMA DE PAGAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1 - O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze)** dias corridos, contados da data de entrega efetiva dos materiais, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 13.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações:

```
Nota n°.: 209 - Data 27/05/2015
Ficha n°.: 370,
```

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 12 - Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania,

Unidade de Executora: 04- Guarda Municipal;

Função: 06 - Segurança Pública;

Sub Função: 122 - Administração Geral ;

Programa: 0001 - Administração e coordenação Geral;

Projeto/ Atividade: 2039 - Gestão das ações de Apoio Administrativo, de Manutenção;

Categoria Econômica: 3.3.90 - Material de Consumo;

Elemento Despesa: 30 - Material de Consumo;

Fonte: 01 - Tesouro.

Nota n°.: 218 - Data 09/06/2015

Ficha n°.: 373,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 12 - Secretaria Municipal de Trânsito e

Cidadania,

Unidade de Executora: 04- Guarda Municipal;

Função: 06 - Segurança Pública;

Sub Função: 122 - Administração Geral ;

Programa: 0001 - Administração e coordenação Geral;

Projeto/ Atividade: 2039 - Gestão das ações de Apoio Administrativo,

de Manutenção;

Categoria Econômica: 4.4.90 - Equipamentos e Material Permanente;

Elemento Despesa: 52 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte: 01 - Tesouro.

Vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2015 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2016, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

13.1.1 - A nota fiscal eletrônica, na aquisição do produto, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.

- 13.1.2 A nota fiscal deverá ser emitida na razão social "MUNICÍPIO DE ITAPETININGA", conforme consta do CNPJ da Contratante, caso contrário terá que ser feita a correção da nota fiscal, a cargo integralmente da CONTRATADA.
- 13.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 13.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 13.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do Órgão Gerenciador, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 13.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS), FGTS e a Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 13.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Contratada não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos produto motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 12.1, 12.3, 12.4 e subitens da cláusula XII deste Edital.
- 13.6 Deverá também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do produto cotado.
- 13.7 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 13.8 Para fins de pagamento a Contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

#### XIV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 14.1 A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.2 A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 13.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 14.3.1 advertência;
- 14.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação;
- 14.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 14.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 14.3.3 desta cláusula.
- 14.3.5 as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 14.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 14.3, subitens 14.3.1, 14.3.2 e 14.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 14.3.5.2 da sanção estabelecida no item 13.3, subitem 13.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida à reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 14.4 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, limitado ao percentual descrito na cláusula 14.3.2.
- 14.5 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 11.1 alíneas a, a.1, a.2 e b deste edital;
- 14.5.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 13.3.2 deste edital.
- 14.6. As sanções previstas nos itens 14.1, 14.2, 14.3, 14.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 14.7 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

14.7.1 - Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Trânsito e Cidadania, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

#### XV - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 15.1 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 15.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1° andar, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo legal.
- 15.1.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 15.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- 15.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
  - 15.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 15.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 15.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
- 15.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

#### XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 16.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 16.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 16.4 Para conhecimento dos interessados expede-se o presente edital, do qual será extraído um resumo que será afixado no saguão do Paço Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial deste Município.
- 16.5 Todos os demais trâmites desta licitação, como ATAS, julgamentos, esclarecimentos e outros, serão publicados no Diário Oficial do Estado do qual correrão os prazos para recurso quando for o caso, prevalecendo sempre à contagem do prazo para recurso a data da publicação no Diário Oficial do Estado. A licitante que desejar cópia integral das decisões deverá comparecer ao Setor de Licitações e

solicitá-las.

- 16.6 A homologação/adjudicação com o resultado do certame licitatório será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e também no Semanário Oficial de Itapetininga/SP.
- 16.7 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes após a celebração do contrato ou instrumento equivalente ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 16.8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 16.9 Integram o presente Edital:
- Anexo I Descrição e modelo do objeto do certame;
- Anexo II Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- Anexo III Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo IV Modelo de declaração de regularidade para com o ministério do trabalho:
- Anexo V Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI Modelo de Procuração para credenciamento;
- Anexo VII Declaração de Inexistência de Débitos Municipais;
- Anexo VIII Modelo de Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;
- Anexo IX Declaração de Disponibilidade;
- Anexo X Minuta do Contrato.
- Anexo XI Termo de ciência e Notificação
- 16.9 A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.
- 16.10 Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), telefone (0xx15) 3376-9608, quando a o assunto se relacionar com os termos do presente edital, ou, na Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, telefone (0xx15) 3272-3500, quando a dúvida se relacionar com o objeto licitado.

Itapetininga, 24 de setembro de 2015.

WALTER DOS SANTOS JUNIOR SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO N°.999 DE 14.01.2013

# ANEXO I Ref.: PROCESSO N.° 131/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.° 168/2015

Compreende o objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA, conforme especificações abaixo:

Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor total Estimado
01	10	Un	CAPACETE ANTI TUMULTO CONFECCIONADO EM AMTERIAL E ACETATO BUTI-STIRENO (ABS) QUE PROPICIE PROTEÇÃO INTEGRAL AO CRANEO COM ACABAMENTO EXTERNO LISO, NA COR PRETO FOSCO, COM ACABAMENTO DE PERFIL E PROTEÇÃO DE NUCA, COM VISEIRA CONFECCIONADA EM POLICARBONETO TRANSPARENTE  1) Capacete para proteção contra projéteis não balísticos, tais como: pedras, latas, tijolos, pilhas, garrafas, golpes com ferramentas, madeira ou barras de ferro e outros materiais presentes em distúrbios civis. O casco deverá ser confeccionado na cor preta, fosca, em material com propriedades mecânicas, que assegurem alta capacidade de absorção de energia, com formato que ofereça proteção para o crânio e nuca do usuário, devendo ter modelo em tamanho que atenda as diferenças anatômicas individuais dos possíveis usuários com as características abaixo elencadas. 2) Confeccionado em material de acetato bute-estireno (ABS) que proporcione proteção integral ao crânio; o tamanho e o formato deverão atender ao estipulado, com tolerância até o limite de 10 mm, ser indeformável quando submetido às intempéries, mantendo sempre sua forma original sem amassaduras, trincas ou outras deformações decorrentes de impactos ou quedas; Proporcionará alta resistência à penetração de objetos pontiagudos e alta capacidade de absorção de energia quando sofrer impactos. Terá espaços internos que possibilitem o uso de equipamentos de comunicação; Possuirá acabamento externo liso, na cor preta fosco (pintura) sendo que, na borda do casco, em toda a sua extensão, terá acabamento de perfil de borracha fixado com cola própria que não permita seu desprendimento.	R\$336,333	R\$3.633,33

	2) Tatanamanta a mana danané	
	3) Internamente o mesmo deverá	
	conter; Em sua parte superior, almofada de EVA macia de 5 mm de	
	espessura para absorção de	
	impactos; Nas laterais, na altura	
	das orelhas, espuma de densidade	
	40 revestida de vaqueta , sendo a	
	mesma fixada ao casco com velcro	
	ou similar.	
	4) Jugular com regulagens faciais	
	e traseiras, protetor de queixo	
	regulável, para melhor firmeza do	
	casco e maior segurança do	
	usuário, confeccionada com tira de	
	poliamida de 20 mm por 1,3 mm de	
	espessura, com as seguintes características: Ser fixada no	
	características: Ser fixada no casco do capacete por rebites com	
	arruela de metal; Ter duas argolas	
	de poliamida de 30 mm +-2mm, com o	
	escopo de permitir melhor	
	articulação dos componentes da	
	jugular.	
	5) As tiras que compõe a jugular	
	serão: De poliamida de 20 mm+-2mm	
	por 1.3 mm de espessura por 305 mm	
	(+/- 5 mm) já fixada as argolas.	
	Ter um passador de metal com	
	rodízio em uma das extremidades,	
	fixo à tira de poliamida com	
	proteção de couro tipo vaqueta de	
	espessura de 01 mm; A tira de poliamida principal será revestida	
	de velcro macho de 20 mm+-2mm por	
	110 mm+-5mm de comprimento na	
	extremidade, sendo o restante 310	
	mm+-5mm, com velcro fêmea. Deverá	
	ter porta queixo em material	
	emborrachado, flexível e	
	ergonômico, injetado em P.V.C.	
	macio e anatômico; Na extremidade	
	deverá ter ponteira de couro, com	
	encaixe para a tira de poliamida,	
	composta por de couro de 3 mm +-	
	0,3mm de espessura em uma face de	
	1 mm no verso, garantindo que a	
	tira da jugular não permaneça no	
	passador com rodízio de metal. 6) Viseira Oferecer transparência	
	iqual ou superior a 85% (oitenta e	
	cinco por cento) e ser	
	confeccionada em chapa de	
	policarbonato com curvatura	
	vertical e horizontal que	
	acompanha o formato frontal do	
	casco, com altura de 180 mm+-5mm e	
	mínimo de 3mm com tolerância +1mm	
	de espessura, fixada através de	
	rebites metálicos a um corpo de	
	polímero poliacetal resistente;	
	Fechada, viseira baixa protegendo	
	o usuário; Aberta, a 90 ° em	
	relação à posição fechada; O movimento da viseira terá como	
	limitador 2 (duas) esferas	
	metálicas móveis de travamento,	
	existentes na base de apoio da	
	viseira; tais esferas terão a	
	função de reter o conjunto ótico	
<u> </u>		L.

			abaixado ou levantado; a base de fixação da viseira será confeccionada em peça de compolímero poliacetal injetado ergonômico.  7) Protetor de Nuca Confeccionado em tecido resistente à propagação de chama (tecido exposto a 12 segundos de chama vertical, sendo que após a retirada da fonte de calor o material deverá extinguir a chama em até 15 segundos). Com velcro macho de 50 mm+-5mm por 250 mm+-10mm de comprimento na parte superior, sendo este fixo no tecido de revestimento de lona de algodão, que se prestará à fixação no capacete da peça. Produzido em EVA macio de 5 mm, +-0,3mm sendo na face externa fixado uma tira de polímero curva de 1 mm, revestido nas duas faces com lona de algodão com tratamento auto extinguível para chama: A trama do tecido lona de algodão: fiação - trama x urdume / cm² = 13x28 (lona 10), na cor preta; 8.1 O protetor será composto por três tiras de EVA macio de 5 mm +-0,2mm com as seguintes características: 240 mm+-5mm por 40 mm+-2mm e 210 mm+-5mm por 40 mm+-2mm e 210 mm+-5mm por 40 mm+-2mm; Todas as peças serão revestidas com lona de algodão e costuradas com linha de poliamida n° 40 na cor preta, de forma que as separe, permitindo melhor articulação.  8) Embalagem Cada capacete será fornecido com um saco individual em lona para sua proteção e transporte.		
02	10	Un	CASSETETE ANTI TUMULTO CONFECCIONADO EM BORRACHA, LONGO COM ALMA E AÇO, CO PRETA, MODELO PMCOM PESO MÁXIMO DE 800 gramas E DIÂMETRO 32 mm  1) Casssetete confeccionado em borracha longo com alma de aço modelo PM com peso máximo de 800gr e diâmetro de no mínimo 3.1mm e tamanho mínimo de 58 cm,. A empunhadura será moldada de forma anatômica, possibilitando conforto e segurança ao usuário ao utilizar o cassetete. No limite	R\$47 <b>,</b> 50	R\$475 <b>,</b> 00

			superior da empunhadura, conterá um orifício de 7mm de diâmetro, onde passará uma corda (cadarço) de material 100% poliamida com 5 mm de diâmetro e 400 mm de comprimento, na cor preta, possibilitando o enlaçamento da mão.  CANELEIRA ANTI TUMULTO NA CO		
03	10	PR	PRETA, CONFECCIONADA EM MATERIAL TERMO PLÁSTICO, INJETAO ACETIL DE BITI-STIRENO DE ALTO IMPACTO, PARTE INTERNA REVESTIDA POR UMA PEÇA DE E.V.A. MACIO DE NO MÁXIMO 5 mm  1) Especificação técnica caneleira anti-tumulto; tamanho único; peso 350 gramas; largura28 centímetros; cor preta; caneleira anti-tumulto para proteção contra projéteis não balísticos, tais como; pedras, latas, tijolos, pilhas, garrafas, golpes como ferramentas, madeira ou barra de ferro e outros materiais presentes em distúrbios civis, bem com chutes e pontapés. Deverá manter-se na forma original, contudo, sob excessivo impacto a caneleira poderá quebrar sem estilhaçamento e sem ferimento ao usuário. A fixação deverá ser constituída de partes fixas e móveis, de forma a permitir ao usuário ajustar a caneleira, no lado interno deverá possuir uma proteção de material macio sintético que não absorva umidade e amorteça a energia por ocasião do impacto e deverá ser revestida com material anti-chama. Na verificação das medidas, será admitida uma tolerância de +- 2 em (dois centímetros), desde que não haja prejuízo para a estética e funcionalidade da caneleira. Fixar condições e requisitos exigíveis para a aceitação e/ou recebimento das Caneleiras de Proteção anti- tumulto na cor preta, utilizadas como proteção individual pelo pessoal da Corporação em missões específicas. Composta por um par de caneleiras (direita e esquerda), na cor preta. Parte externa de termoplástico injetado de alto impacto e a parte interna em EVA siliconizado com 5mm de espessura no contato com a perna formando um berço para fixação do termoplástico, tendo revestimento externo em tecido nylon cordura 500 com resina retardante a chamas na cor preto. O EVA siliconizado será fixada no termoplástico através de rebites de latão na cor preto e tiras de polímero costuradas no corpo do EVA	R\$235,00	R\$2.350,00

siliconizado, de modo que entre o casco de termoplástico e a espuma tenha um espaço vago com a finalidade de amortecimento aos possíveis impactos.

#### CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:

1) Cada caneleira é composta de 08 (oito) partes de proteção rígidas sendo 02 (duas) na altura do joelho (superpostas para melhor maleabilidade dos movimentos), sendo que uma protege o joelho e a parte inicial da coxa, medindo 24 (vinte e quatro) centímetros de comprimento por 15(quinze) centímetros de largura, tendo o formato de concha e anatômico ao joelho, e a outra que protege o joelho e toda a canela, até o início do pé, também em forma de concha e anatômico ao joelho, e em forma de cone até a altura do início do pé, com altura de 50 (cinquenta) centímetros de altura por 15 (quinze).Centímetros de largura na parte superior e 14 (quatorze) centímetros de largura na parte inferior. A parte de cima da joelheira é fixada à parte inferior por meio de dois botões, sendo um de cada lado, que têm a finalidade de permitir a articulação entre as peças e o movimento de ajoelhar do usuário. Deverá possuir 02 (dois) protetores laterais de tornozelo em formato redondo e 04(quatro) protetores de pé, em formato oval, que são fixados à uma base de EVA siliconizado de 5mm, revestida de nylon cordura 500 com aplicação de resina retardante a chamas. Será indeformável intempéries, mantendo-se sempre na forma original e sem amassaduras, trincas ou outras deformações decorrentes de impactos ou queda. Não serão aceitas adaptações de peças esportivas ineficientes para ações policiais de choque que requerem resistência do material a altos impactos. Revestimento interno fabricado em tecido dublado com espuma macia e capa de revestimento em couro, opcional tecido anti-chamas e calor. As amostras deverão seguir o modelo da PMAL descrita nesta norma para não prejudicar a padronização. As caneleiras de proteção serão afixadas na perna do usuário por meio de três tiras de elástico bem resistente, tipo T4, na largura de 40mm sendo estas tiras fixas de um lado e do outro lado se fixarão por meio de um gancho, tipo engate rápido, em formato próprio, no orifício existente no lado

	1		1	I
		contrário. Possuirá também um passador de nylon 6.6 na largura de 42mm, com a função de regulagem para a perna do usuário, tendo ainda velcro macho e fêmea com a função de prender a parte do elástico que sobra após o ajuste  PLANO DE AMOSTRAGEM:  Para fins de realização das inspeções, deverá ser apresentado um par de Caneleiras de proteção:  Na licitação: as empresas VENCEDORAS deverão apresentar uma amostra da caneleira de proteção, conforme descrito no item X - Da Forma de Apresentação das Amostras 10.1; 10.2; 10.3; 10.3.1; 10.4 e; as amostras a serem inspecionadas no recebimento serão retiradas aleatoriamente dentre as entregues pela empresa vencedora. Para fins de aceitação do lote amostrado todas as unidades que compõem a amostra deverão estar em conformidade com a presente norma. Na verificação das medidas será admitida uma tolerância de ± 5% (cinco por cento), desde que não haja prejuízo para a estética e funcionalidade da caneleira e padronização.		
04 10	PR	COTOVELEIRA ANTI TUMULTO NA CO PRETA, CONFECCIONADA EM MATERIAL TERMO PLÁSTICO, INJETADO ACETIL DE BITI-STIRENO DE ALTO IMPACTO, PARTE INTERNA REVESTIDA POR UMA PEÇA DE E.V.A. MACIO DE NO MÁXIMO 5 mm:  Deverá manter-se sempre na forma original sem amassaduras, trincas ou outras deformações decorrentes de impactos ou quedas. Contudo, sob excessivos impactos a cotoveleira poderá quebrar-se, entretanto, sem estilhaçamentos e sem ferimentos ao usuário, tendo uma proteção interna entre o cotovelo e superfície. Parte externa em material termoplástico injetado de alto impacto e parte interna com forração em espuma de conforto (revestida por tecido) com aproximadamente 4mm de espessura no contato com o cotovelo. Entre a parte externa e interna terá uma segunda forração em couro que estará em contato com o termoplástico. A espuma será afixada ao termoplástico com rebites de latão.  CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:  Cotoveleira tática para uso militar. Ideal para ações onde a exigência física é extrema de necessita-se de conforto máximo que minimize os traumas causados	R\$74,00	R\$740,00

	1	1		1	ı
			pelo apoio do cotovelo em piso irregular ou pela sustentação do peso corporal por tempo prolongado. Não serão aceitas adaptações de peças esportivas, ineficientes para a atividade policial de choque, que requer resistência elevada a impactos. COR: Preta, COURAÇA: Produzida em polímero de altíssima resistência a abrasão e a choque. Seu composto é de PU (Poliuretano), o que a torna inquebrável em condições de uso. Esse composto em PU também deverá possibilitar características excelentes de flexão (mínima necessária para que aja proteção e conforto). Suas dimensões são: 115 mm de largura, 80 mm de altura. REBITE: Possuir mínimo 8 rebites (par) em Latão de boa resistência a impactos e a corrosão por umidade (não "enferruja"). O diâmetro é de 12 mm. SISTEMA DE ABSORÇÃO (ENCHIMENTO) BI-DENSIDADE-EXTREME COMFORT: EVA+PVC 12mm: Enchimento em EVA de baixa densidade e excelente memória (baixa deformidade). Extremidades em PVC de baixa densidade e excelente memória (baixa deformidade). TECIDO FRONTAL: Em Poliamida com alta resistência a abrasão e ao corte. FORRO INTERNO: 100% Poliéster. ELÁSTICO E VELCRO: Fita elástica de alto desempenho e Velcro, ambos com 40 mm de largura. PASSADORES: Em Nylon ultra-resistente e leve com mínimo 40 mm de abertura.		
05	10	UN	ESCUDO ANTI TUMULTO CONFECCIONADO EM POLICARBONATO TAMANHO 100 cm x 60 cm x 5 mm COM PLACA ANTI IMPACTO COM ESCRITA GCM OU CHOQUE  Destinado a proteção contra projéteis não balísticos, tais como: pedras, latas, tijolos, pilhas, garrafas, golpes com ferramentas, madeira ou barras de ferro e outros materiais presentes em distúrbios civis. O escudo de proteção será composto de duas peças: a principal, formada pelo escudo propriamente dito, composto pela placa frontal e a secundária, composta pela placa interna, que tem por objetivo dissipar a energia absorvida após impactos na placa frontal. Confeccionado em chapa de policarbonato termomoldado, sendo placa frontal com espessura de no mínimo 2mm e a Placa interna com espessura de no mínimo 3 mm, separados por material amortecedor em EVA ou	R\$646,6667	R\$6.466,67

	borracha macio; Dimensões medindo		
	mínimo 1.000 mm (+/- 10 mm) de		
	altura por 570 mm $(+/-10 \text{ mm})$ de		
	largura, sendo a curvatura com		
	comprimento de 600 mm $(+/- 10 \text{ mm})$ .		
	Horizontalmente, no centro da		
	superfície externa do escudo, está		
	colada uma faixa adesiva		
	(vinílica) de alta aderência, com		
	qualidade garantida, na cor preta,		
	com dimensões iquais (comprimento		
	e altura) às utilizadas na espuma		
	de alta densidade (poliuretano).		
	Esta faixa deverá conter a		
	inscrição "CHOOUE", ou "GCM" na		
	cor dourada (padrão), distribuída		
	proporcionalmente em toda a		
	largura do escudo. As letras têm		
	altura de 120 mm e largura		
	proporcional ao lay-out da		
	inscrição. A dimensão entre as		
	bordas de cada letra é de 20 mm.		
	Placa interna Para dissipar a		
	energia proveniente de impactos,		
	terá as seguintes dimensões:		
	mínimo 1.000 mm de altura por		
	mínimo 570 mm de largura, sendo a		
	curvatura com comprimento mínimo		
	de 600 mm com tolerância de +/- 10		
	mm, confeccionada de		
	policarbonato, termomoldado de no		
	mínimo 3 mm, com apoio para o		
	braço posicionado a 45° em relação		
	ao conjunto. Uma chapa de EVA		
	macia, de 5 mm de espessura, de		
	formato oval, colada abaixo do		
	punho, será fixada na transversal,		
	dando proteção ao dorso da mão,		
	Será fixada por mínimo 08		
	parafusos.		
Valor total estimade	o da presente licitação R\$ 13.0	665,00 (treze	
mil seiscentos e ses	ssenta e cinco reais).		

#### CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:

- A licitante vencedora provisoriamente classificada em primeiro lugar devera apresentar amostra do item ofertado, devidamente etiquetada com o número do item a que se refere, bem como a razão social do licitante, em até 03 (três) dias a contar da data de realização da sessão de processamento do pregão.
- A entrega dos produtos objeto do ANEXO I deste Edital, deverão ser efetuadas de acordo com as necessidades da Secretaria de Trânsito e Cidadania, na Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, localizada na Praça Gaspar Ricardo, S/N Centro Itapetininga, SP, na Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, por escrito e com o autorizo da Secretaria ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho, podendo ser o prazo prorrogado mediante solicitação da licitante vencedora e prévia aceitação da Administração, devendo os produtos ser entregues em ótimas condições e estar em condições adequadas de transporte.

- Constatada qualquer irregularidade no produto, obrigar-se-á a trocá-los em até 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Secretaria, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do termo de ata nos termos legais;
- Os produtos deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- O valor total estimado da presente licitação é de R\$ 13.665,00 (treze mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA

#### ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

#### "DECLARAÇÃO"

	I <b>PAL DE ITAPETININGA</b> DFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.	° 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.° 168/2015
completo), i	da Empresa), estabelecida na(endereço nscrita no CNPJ sob n.º, neste pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de legais, vem:
licitatório em p requisitos de hak	<b><u>DECLARAR</u></b> , para fins de participação no processo auta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos cilitação.
	Por ser verdade assina a presente.
	de de 2015.
	Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

#### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DE	CLARAÇÃO"
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIN At PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PRO	DE APOIO
completo), inscrita no CNPJ	, estabelecida na(endereço sob n.º, neste esentante/sócio/procurador), no uso de
licitatório em pauta, sob as inidônea para licitar ou contrat não está suspensa de participar	fins de participação no processo penas da Lei, que não foi declarada ar com a Administração Pública, e, que em processos de licitação ou impedida Municipal de Itapetininga, e que se a de fatos supervenientes.
Por ser verdade	assina a presente.
,	de de 2015.
Razão Social da	Empresa

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

#### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

#### "DECLARAÇÃO"

#### À

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. - PREGOEIRO OFICIAL

Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)..., inscrita no CNPJ sob n. $^{\circ}$  ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de ...... de 2015.

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

#### ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e previstas neste ato convocatório, que a multas (denominação da pessoa jurídica), CNPJ é Microempresa ou Empresa de nos termos do enquadramento previsto na Lei Pequeno Porte, Complementar n $^{\circ}$  123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na întegra, e não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4° e seguintes, todos do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e/ou o benefício da habilitação com irregularidade fiscal no procedimento licitatório do Pregão Presencial n° ...../2015, realizado pelo Município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Local e Data.

Nome de representante

Nome do representante RG  $n^{\circ}$ :

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

#### ANEXO VI

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015

	Pelo presente				
melhor	forma	de		direito,	a
empresa				com	sede à
		,	inscrita	no CNPJ/MF	sob n.º
	6	e Inscriç	ção Est	tadual s	ob n.°
	, neste	ato, repre	esentada p	or seu sóc	:io-gerente
RG n.°	n e	CPF n.°		,	nomeia e
	seu				
Sr.(a)			, por	tador(a) da	Cédula de
Identidade	RG $n$ .	• • • • • •			e CPF
representar	a empresa out	organte no <b>I</b>	PREGÃO PRES	SENCIAL N.°	168/ 2015,
	pela Prefeitura	_	_		_
	arações e atas	· -		_	-
	ais, negociar d	_	_	-	
interposiçã	o de recursos	e praticar t	todos os d	emais atos p	ertinentes
ao certame	acima indicado.				

Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

#### ANEXO VII

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

#### "DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não possui débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em conformidade com as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal <sup>1</sup> , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de 2015.
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o

débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

N.º do documento

Artigo 430 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

#### ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

#### "DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, <b>que está de pleno acordo com as condições e exigências do Edital</b> referente ao Pregão Presencial n°.: 168/2015 e Processo n°.: 131/2015 e aceitam a cumprirem fielmente.
Por ser verdade assina a presente.
de de 2015
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

#### ANEXO IX

#### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. - PREGOEIRO OFICIAL

Ref.: PROCESSO N.º 131/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 168/2015

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n° tem disponibilidade dos produtos, conforme Anexo I do Edital referente ao Pregão Presencial n°.: 168/2015 e Processo n°.: 131/2015, para a entrega do produto no prazo estabelecido pelo Edital da presente licitação.

Local e Data.

Nome do representante

RG n.°:

#### ANEXO X

REF.:	PROCESSO	N.	0	131/2015	PREGÃO	PRESENCIAL	N.	0	168/2015
-------	----------	----	---	----------	--------	------------	----	---	----------

MINUTA	CONTRATO	N.	0							

#### PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICI	PAL
DE ITAPETININGA, com sede a Praça dos Três Poderes n.º 1.000	em
Itapetininga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob	n.º
46.634.291/0001-70, doravante denominada CONTRATANTE, represent	ada
neste ato pelo seu Prefeito Municipal,	
, residente à, n°, ne	, Rua
cidade de Itapetininga/SP, portador do RG n.º e	
CPF/MF n.° e de outro lado	
empresa, estabelecida n°	а 0 m
, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob	
e Inscrição Estadual doravante denominada <b>CONTRATA</b>	
representada neste ato pelo Sr	
, portador do RG n.º	
e CPF/MF n.° residente e domicili na rua, n°, ,	
cidade de, formalizam entre si o presente ajuste,	
visa a <b>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUA</b>	
CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADAN	
descrita na cláusula primeira deste Termo de Contrato, em razão	
Processo n.º 131/2015, Pregão n.º 168/2015, já homologado	
adjudicado, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes.	

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA, por força do presente ajuste, se obriga a fornecer, à CONTRATANTE, os seguintes produtos:

Item	Qtdade	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE FORNECIMENTO

- 2.1 A entrega dos produtos será única devendo ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da nota de empenho pela contratada, devendo ocorrer diretamente na Praça Gaspar Ricardo, S/N Centro Itapetininga, SP Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania.
- 2.1.1 O prazo indicado no item 2.1 poderá ser prorrogado, mediante justificativa do fornecedor e aceitação pela Administração

Municipal.

- 2.2 Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a **CONTRATADA**, obrigar-se-á a trocá-los em até 05 (cinco)dias úteis, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.
- 2.3 A Contratante rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 2.4 A **CONTRATADA** se compromete a fornecer o produto com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 2.5 O controle de qualidade será realizado de acordo com as características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o produto será rejeitado, ficando a CONTRATADA sujeita a substituí-lo em 05 (cinco) dias úteis independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 2.6 Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade dos produtos e as despesas correrão por conta da **CONTRATADA**.
- 2.7 O produto que será pela **CONTRATADA** deverá ser idêntico às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição, desde que o prazo contados do recebimento da Autorização Requisitória não se tenha esgotado e a **CONTRATADA** possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 2.8 Estando o produto em conformidade com o solicitado, o responsável indicado para este fim pela respectiva Secretaria vistará no verso da nota fiscal.
- 2.9 Eventuais atrasos na entrega do produto deverão ser justificados por escrito pela empresa adjudicatária cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 2.10 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.
- 2.11 Os produtos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.
- 2.12 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, §1° da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 3.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 3.1.2 Definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias úteis,** após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 3.2 Será rejeitado no recebimento o produto fornecido com

especificações diferente da constante no ANEXO I na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 2.6 da Cláusula Segunda deste Termo de Contrato.

- 3.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazêla em conformidade com a indicação da Secretaria, em 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, em 05 (cinco) dias úteis, contada da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

#### CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DO TERMO DE CONTRATO

4.1 - Importa o presente contrato no valor global estimado de R\$ ...... (.....), decorrente do seguinte preço unitário R\$........ (..............), expressos em moeda corrente, para o produto CIF-ITAPETININGA/SP, válidos para a data de encerramento da licitação.

#### CLÁUSULA QUINTA DOS PAGAMENTOS E REAJUSTES

- 5.1 O pagamento será realizado no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva do produto empenhado e apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 5.1.1) vistada pelo responsável, indicado pela respectiva Secretaria dos comprovantes de regularidade perante o INSS, o FGTS e com a JUSTIÇA DO TRABALHO e o demonstrativo da folha de pagamento.
- 5.1.1 A nota fiscal eletrônica, na aquisição do produto, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 5.1.2 A nota fiscal deverá ser emitida na razão social "MUNICÍPIO DE ITAPETININGA", conforme consta do CNPJ da Contratante, caso contrário terá que ser feita a correção da nota fiscal, a cargo integralmente da CONTRATADA.
- 5.2 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancário", "correios" ou "duplicata em carteira".
- 5.3 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 5.4 Por se tratar de fornecimento parcelado e para atendimento de exigências legais, a CONTRATADA, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (INSS), o FGTS e com a JUSTIÇA DO TRABALHO.
- 5.4.1 a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos decorrentes do fornecimento, até que seja

restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame.

- 5.4.2 na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio no fornecimento incorrerá a **CONTRATADA** nas sanções cabíveis.
- 5.5 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 5.6 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

#### CLÁUSULA SEXTA DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 6.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 6.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA**, e isso motivar o bloqueio de entrega de produto, esta incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula Décima, e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 5.4 da Cláusula Quinta, ambas deste Termo de Contrato.
- 6.3 Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga em fornecer, a cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.
- 6.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 6.3.2 Os produtos deverão ser entregues pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a **CONTRATADA** solicitar o equilíbrio econômicofinanceiro do Termo de Contrato sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir da constatação do deseguilíbrio.
- 6.3.3 O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a **CONTRATADA** às sanções contratuais e editalícias.
- 6.4 A obrigatoriedade da futura **CONTRATADA** em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Termo de Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos produtos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO CONTRATUAL

- 7.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato será **12(doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.
- 7.1.1 O prazo indicado no item 7.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.
- 7.1.2 O prazo para a entrega do produto será **em até 30 (trinta) dias**, realizado após o recebimento da Nota de Empenho, observado o prazo informado na proposta.

#### CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato correrão

por conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes no orçamento da CONTRATANTE para o exercício de 2015 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação do Termo de Contrato, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2016, e no que couber art.º 7° § 2° item III ou conforme previsto artigo 65 § 8° da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Nota n°.: 209 - Data 27/05/2015

Ficha n°.: 370,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 12 - Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania,

Unidade de Executora: 04- Guarda Municipal;

Função: 06 - Segurança Pública;

Sub Função: 122 - Administração Geral ;

Programa: 0001 - Administração e coordenação Geral;

Projeto/ Atividade: 2039 - Gestão das ações de Apoio Administrativo,

de Manutenção;

Categoria Econômica: 3.3.90 - Material de Consumo;

Elemento Despesa: 30 - Material de Consumo;

Fonte: 01 - Tesouro.

Nota n°.: 218 - Data 09/06/2015

Ficha n°.: 373,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 12 - Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania,

Unidade de Executora: 04- Guarda Municipal;

Função: 06 - Segurança Pública;

Sub Função: 122 - Administração Geral ;

Programa: 0001 - Administração e coordenação Geral;

Projeto/ Atividade: 2039 - Gestão das ações de Apoio Administrativo,

de Manutenção;

Categoria Econômica: 4.4.90 - Equipamentos e Material Permanente;

Elemento Despesa: 52 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte: 01 - Tesouro..

8.2 - O valor global referido na cláusula quarta deste instrumento, de \_\_/\_\_, que passa a integrar o presente Contrato.

#### CLÁUSULA NONA DAS RESPONSABILIDADES

- 9.1 São responsabilidades da **CONTRATADA**:
- 9.1.1 o cumprimento dos prazos de execução, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades, acrescidas se necessário;
- 9.1.2 durante toda vigência contratual, ser a responsável pela qualidade dos produto entregues;
- 9.1.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.
  - 9.1.4 manter as condições de habilitação.
- 9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções sem ônus para o CONTRATANTE durante o período de garantia.

- 9.1.6 **Substituir**, a suas expensas e sem ônus para a SMS, as peças fornecidas que porventura apresentarem defeitos, vícios, incorreções em sua forma de apresentação ou na ocorrência de defeitos frequentes, não solucionados totalmente.
- 9.1.7 Manter assistência técnica comprovada durante a vigência da garantia, comprometendo-se a:
- a) Utilizar na execução dos produtos de manutenção, peças novas, originais, todas com garantia, recomendados pelo fabricante do equipamento.
- 9.2 O não cumprimento ao acima determinado implicará a Contratada nas penalidades citadas na Cláusula X deste Contrato.
- 9.3 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiverem em desacordo com o Edital.
- 9.4 A Empresa vencedora se compromete na entrega do produto com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 9.5 A Contratada responderá civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros
- 9.6 São responsabilidades da CONTRATANTE:
- 9.6.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Contrato, quando requerido;
- 9.6.2 pagar à **CONTRATADA** os valores devidos, nas datas avençadas;
- 9.6.3 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente termo.
- 9.6.4 Fica designado o servidor **FÁBIO VAZ DE SOUZA**, pelo telefone: (15)3272-3500, pela Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania, no seu aspecto operacional e legal, sendo que se houver eventual alteração do funcionário gestor constante desta cláusula ocorrerá por simples comunicação à empresa CONTRATADA, enviando cópia a ser arquivada nos autos do processo licitatório pertinente, junto ao Departamento de Gestão de Suprimentos e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do Termo de Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
  - 10.1.1 advertência;
- 10.1.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 10.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.1.3 desta Cláusula.
- 10.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 10.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 10.1, subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da

#### intimação da CONTRATADA;

- 10.1.5.2 da sanção estabelecida no item 10.1, subitem 10.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 10.2 O atraso injustificado na entrego do produto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual definido na cláusula 10.1.2 do Edital.
- 10.3 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 3.3 deste Termo de Contrato;
- 10.3.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções definidas nesta cláusula.
- 10.4 As sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstancias do caso concreto.
- 10.5 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 10.5.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP:
- 11.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
- 11.1.2. Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n. $^{\circ}$  8.666/93.
- 11.2 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO

12.1 - Vinculam-se ao presente Termo de Contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Aplicar-se-á a Lei Federal nº 10520/02 e a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste Termo de Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

- 14.1 Será competente o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado seja.
- E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo

Р		IUNICÍPIO de ITAPETININGA DO DE SÃO PAULO	
indicadas:			
	Itapetininga,	de de 203	15
	SECRETARIO MUNICIPA	R DOS SANTOS JUNIOR AL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS N°.999 DE 14.01.2013	
		ECIDA SANTOS ALBUQUERQUE CIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA	
		CONTRATADA	
Testemunhas	3:		
1		2. Nome:	
TACTIC.		arome .	

RG:

RG:

PREFEITURA do MUNICÍ	PIO de ITAPETININGA
ESTADO DE S	ÃO PAULO

#### ANEXO XI

## MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído

#### CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CADASTRO	DO	RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

CONTRATADA:

Contrato n°:\_\_\_\_/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA.

#### CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO

Nome: Walter dos Santos Junior
Cargo: Secretário Municipal de Administração e Finanças
RG n°:
Endereço:
<b>Telefone:</b> (015) 3376-9600
e-mail:

#### Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP

Nome:
Cargo: Secretário Municipal de Trânsito e Cidadania
Endereço Comercial do Órgão/Setor: Praça Gaspar Ricardo, S/n-Centro -Itapetininga/SP
<b>Telefone e Fax:</b> (0xx15) 3272-3500
e-mail:

Itapetininga , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

WALTER DOS SANTOS JUNIOR SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO N°.999 DE 14.01.2013

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA

#### DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE:
CNPJ N°:
CONTRATADA:
CNPJ N°:
CONTRATO N° (DE ORIGEM):
DATA DA ASSINATURA:
VIGÊNCIA:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)